

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**O PAPEL DOS PAIS NA PARTICIPAÇÃO DA
GESTÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

ÉRICA BRESSAN

Sapucaia do Sul, RS, Brasil

2012

O PAPEL DOS PAIS NA PARTICIPAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO

ÉRICA BRESSAN

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Crystina D'Andrea

Sapucaia do Sul, RS, Brasil

2012

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de
Especialização

**O papel dos pais na participação da Gestão escolar: um estudo de
caso**

Elaborada por:

Érica Bressan

Como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Orientadora: Crystina D'Andrea

Josiane Pozzatti Dal Forno

Daniele Rorato Sagrillo

Oséias Santos de Oliveira

Sapucaia da Sul, 29 de outubro de 2012.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Equipe do Pólo de Sapucaia do Sul, tanto presencial como à distância, que se fizeram presentes nessa etapa de estudos da minha vida, estiveram à disposição, sanando dúvidas e colaborando para minhas aprendizagens.

Aos meus familiares e amigos que me deram todo apoio para continuar nessa caminhada, para me tornar uma profissional mais qualificada.

Ao meu noivo, que passou alguns espaços de tempo sozinho por eu ter que me dedicar à pesquisa, escrita e leituras para que minha monografia criasse forma e tivesse qualidade.

Aos colegas de trabalho que contribuíram de alguma forma nesse processo, com empréstimos de livros, ouvindo meus desabafos, angústias e sentimentos.

A Orientadora, Crystina D'Andrea que teve um papel importante para que esse trabalho tomasse forma para apresentá-lo, tendo muita paciência e dedicação no decorrer da escrita dessa monografia.

A alegria não chega apenas no encontro do achado mas faz parte do processo da busca. Ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria [...] O nosso é um trabalho realizado com gente, miúda, jovem ou adulta, mas gente em permanente processo de busca. Gente formando-se, mudando, crescendo, reorientando-se, melhorando, mas, porque gente, capaz de negar os valores, de distorcer-se, de recuar, de transgredir. [...] É que lido com gente. Lido, por isso mesmo, independentemente do discurso ideológico negador dos sonhos e das utopias, com os sonhos, as esperanças tímidas, às vezes, mas às vezes, fortes, dos educandos. Se não posso, de um lado, estimular os sonhos impossíveis, não devo, de outro, negar a quem sonha o direito de sonhar. (FREIRE, 2000, p. 163)

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

O papel dos pais na participação da Gestão escolar: um estudo de caso

AUTORA: ÉRICA BRESSAN

ORIENTADORA: CRYSTINA D'ANDREA

Data e Local da Defesa: Sapucaia do Sul/RS, 30 de novembro de 2012.

Os pais desejam que a escola ofereça um espaço de qualidade e acolhimento que motivem seus filhos para aprender. Além disso, os pais devem estabelecer um laço de participação conjunta à escola. A escola, pensando em efetivar uma gestão democrática e compor uma comunidade escolar participativa, deve abrir tempos e espaços de aproximação para que isso aconteça. Assim dependendo da participação dos pais e também da abertura dessa iniciativa da escola poderemos perceber como acontece a participação na gestão escolar. A presente pesquisa buscou analisar a participação dos pais na gestão escolar e verificar como acontece essa participação em uma escola privada que atende apenas filhos de industriários, no município de Gravataí (RS). A pesquisa teve um cunho qualitativo e foi do tipo estudo de caso. Os instrumentos da coleta de dados foram os documentos da escola, questionários semi-abertos aplicados aos pais e uma entrevista com a supervisora pedagógica. Os resultados apontam que a participação dos pais se resume em participar de reuniões e eventos na escola. A maioria dos pais não participa da elaboração e nem conhecem os documentos norteadores do trabalho da escola, como o Projeto Pedagógico, Leis, Normas e Regulamentos. O pai não tem o conhecimento de como funciona a gestão da escola que seus filhos frequentam. Essa escola tenta fazer com que os pais participem da gestão escolar, mas reconhece as limitações desse processo. Assim, a gestão democrática que inclua a participação efetiva dos pais ainda é um desafio nessa escola.

Palavras-chave: participação; gestão escolar; pais.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

The role of parents in school management participation: a case study

AUTHOR: ÉRICA BRESSAN

GUIDANCE: CRYSTINA D'ANDREA

Date and Local Defence: Sapucaia do Sul / RS, 30 th November, 2012.

Parents want the school to offers a quality and welcoming space that will encourage their children to learn. Furthermore, parents must take part of the school continuously. The school must open times and approximation spaces to make this real, this way the school does a democratic management and will have a community participatory. So depending on the participation of parents and also of opening of school we can understand how it happens participation in the management school. This research analyze the participation of parents in school management and checks how it happens participation in a private school located at Gravataí(RS), which accept only children of industrial workers. This qualitative research was developed like a Case Study. The instruments of data collection were the school documents, semi-open questionnaires applied to parents and an interview with the educational supervisor. The results indicate that parental involvement is summarized in attending meetings and events at the school. Most parents don't participate of elaboration and they don't know the documents guiding the work of the school, such as the Pedagogical Project, Laws, Rules and Regulations. Parents don't have the knowledge of how works the management of the school where their children attend. This school tries to involve parents in school management but recognizes the limitations of this process. Thus, democratic management, that includes the effective participation of parents, is still a challenge in this school.

Keywords: participation; school management; parents

LISTA DE SIGLAS

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

PP - Projeto Pedagógico

PPP - Projeto Político Pedagógico

RS - Rio Grande do Sul

SMED - Secretaria Municipal de Educação

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

LISTA DE APÊNDICES:

Apêndice 1: Questionário	42
Apêndice 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	43
Apêndice 3: Entrevista	45

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA GESTÃO E PARTICIPAÇÃO.....	12
2 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS.....	22
3 ANÁLISE DA GESTÃO ESCOLAR - PARTICIPAÇÃO DOS PAIS – ALGUNS ESCLARECIMENTOS.....	28
3.1 - Projeto Político Pedagógico da escola	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICES	41

APRESENTAÇÃO

Encontramos afirmações de uma sociedade participativa e democrática, pois utilizamos por meio do voto livre, a escolha de nossos representantes. Essas constatações são de pouca valia, pois elencar através do voto a democracia é apenas uma forma limitada da nossa participação como cidadãos. Na escola não é diferente, a participação e a democracia, na maioria das vezes, são apenas vivenciadas dessa maneira. Talvez essa situação não acontece.

Na escola, todos que estão envolvidos e inseridos de alguma forma no sistema escolar, apresentam funções designadas, assim todos têm direitos e obrigações. Por meio de resoluções, leis e normas. Porém muitos não sabem ou nem conhecem suas funções, direitos e deveres dentro desse espaço escolar. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação 9394/96, artigo 14, pontua a necessidade de se implantar a gestão democrática na escola, com o intuito de potencializar a atividade pedagógica da escola e de garantir uma efetiva educação para a prática cidadã.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, p.1)

Existem várias formas de democratizar a gestão da escola. Inicialmente, faz-se necessário o desejo, a vontade política de que a democratização realmente aconteça e não seja apenas uma burocratização das dinâmicas escolares. A constituição de conselhos e as eleições dos gestores podem ser uma das alternativas. Não há uma forma correta de gestão e sim várias formas de gestão, mas os termos democracia e participação, devem principiar no processo da gestão democrática.

A temática discutida nesse trabalho, é de que forma essa gestão escolar acontece, pode adotar uma perspectiva democrática e, realmente, permitir a participação dos pais na gestão da escola? O presente trabalho pretende abordar a participação dos pais na escola através de um estudo de caso, em uma escola privada no município de Gravataí-RS. Com os seguintes questionamentos em

relação aos pais: Fala-se tanto em participação, democracia e de que forma isso acontece no ambiente escolar? Atualmente os pais se sentem responsáveis ou pela a vida escolar de seus filhos? Os pais se sentem com obrigações de participar da escola? Sendo a principal questão: **qual é o papel dos pais na participação da gestão escolar?**

Esse estudo tem um cunho pedagógico, levantando questionamentos e procurando trazer respostas que estabelecem uma relação entre pais, participação e a escola. Pretende-se contribuir com o espaço democrático escolar, tentando possibilitar nessa abordagem, o desenvolvimento e a qualidade do ensino através da gestão que reflete na aprendizagem, propostas e desenvolvimentos de uma comunidade escolar.

Para isso foram adotados como instrumentos de coleta de dados o questionário semi-estruturado aplicados aos pais da determinada escola analisada, entrevista semi-estruturada com a Supervisora Pedagógica da escola e análise de documentos da escola.

O trabalho foi organizado em os capítulos que serão apresentados na seqüência. No primeiro capítulo são apresentadas teorias e conceitos referente a participação e democracia, voltados a escola e a sociedade em que estamos inseridos, colaborando com uma revisão teórica referente ao tema abordado.

No segundo capítulo procedeu-se a trajetória metodológica percorrida no trabalho, relacionando com o aporte teórico contextualizando o motivo das escolhas para a pesquisa. No terceiro capítulo há uma análise documental e dos dados coletos.

1 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA GESTÃO E PARTICIPAÇÃO

Os pais desejam que seus filhos tenham na escola uma aprendizagem fluente, gerando conhecimentos, habilidades, valores e princípios para se tornarem bons cidadãos. Os mesmos almejam a escola como um espaço de qualidade e acolhimento que motivem seus filhos para aprender. Além disso, os pais devem estabelecer um laço de participação conjunta à escola. A escola, pensando em efetivar uma gestão democrática e compor uma comunidade escolar participativa, deve abrir tempos e espaços de aproximação para que isso aconteça.

O termo democracia abre um leque de interpretações. Puig et al. (2000) remete a palavra democracia a um ser, um arquétipo das relações políticas com a sociedade, afirmando que a utilizamos de forma inadequada ao considerar fatores de nossa sociedade como família, escola e hospitais, pois essas determinadas instâncias possuem agentes formadores com interesses distintos.

[...] essas instituições foram pensadas para satisfazer algumas necessidades humanas que, de maneira inevitável, implicam a ação de sujeitos com capacidades, papéis e responsabilidades muito diferentes. São alheias à idéia de participação igualitária. Os pais e as mães têm um papel assimétrico com respeito aos filhos e às filhas, da mesma maneira que os professores e as professoras o têm com respeito aos seus alunos e às suas alunas, [...] É nesse sentido que dissemos que para essas instituições não serve o qualificativo de democráticas, pois não são horizontais nem igualitárias. (PUIG et al., 2000, p. 25)

A democracia na escola tem que estar relacionada com o papel social dos membros da comunidade escolar que deveriam ter direitos iguais perante a sociedade. Podem não ter a mesma responsabilidade e função dentro da escola, mas o direito à participação deve apresentar-se de forma igualitária, o que nos remete ao direito do diálogo, da livre expressão, do respeito, da necessidade de compartilhar idéias e concepções.

A articulação entre escola, família e comunidade, segundo os diferentes papéis e funções em nossa sociedade, é um grande desafio. Sabemos que a tendência é que as gestões escolares, em certos momentos, excluam a participação dos pais e até mesmo, de seus funcionários, para determinadas discussões, tarefas e decisões e assim seguem apenas com seu corpo docente decidindo as disposições do gerenciamento escolar.

Para Veiga (2001) a palavra participação no contexto escolar representa uma expressão de força, e comprometimento com os membros envolvidos, implicando ainda a compreensão do que é ser sujeito. Através desse raciocínio, cabe superar as relações competitivas e autoritárias que dificultam conviver de forma democrática para resolvermos as situações, problemas que surgem.

A palavra participação tem uma conotação forte, dinâmica, prática e comprometida, implicando ainda a compreensão do que é ser sujeito. Nessa linha de reflexão, cabe superar as relações competitivas e autoritárias que impedem a vivência democrática e a resolução das tensões de forma criativa. (VEIGA, 2001, p.60)

Quando observamos as citações de Puig et al. (2000) e Veiga (2001), compreendemos que há de alguma forma, participação dos pais, um princípio de inserção no espaço escolar. Se compararmos com o passado, a educação brasileira não existia essa possibilidade de participar e se inserir da escola dos filhos, pois viviam apenas em um currículo fechado, pré-determinado, onde as escolas tinham uma administração e um regimento que não davam espaço para os pais participarem da escola. A forma centralizadora de poder na educação surgiu nos primeiros processos de Educação no Brasil. Num primeiro momento a educação estava centralizada nas mãos da igreja e após, do Estado, com o objetivo de ser o antídoto da ignorância e uma forma de resolver os problemas sociais da época, com a função de espalhar conhecimentos para a humanidade. A escola naquela época se organizava com foco no professor, o qual transmite conhecimentos com determinados objetivos culturais aos alunos. A esses alunos, cabe aprender os conhecimentos que são transmitidos sem questionamentos. O autor Saviani (2000) apresenta uma solução que era apresentada naquela época que o objetivo era a escola:

Uma solução para diminuir os problemas da marginalidade, tendo o papel de difundir a instrução e transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade. A escola se organiza como agência centrada no professor, o qual transmite conhecimentos com determinados objetivos culturais aos alunos. (SAVIANI, 2000, p.5)

Predominava a visão de que o professor era o único dono do saber e seus alunos deveriam ouvi-lo em silêncio, apenas repetindo suas instruções quando lhes fosse solicitado. Hoje, sabemos que os professores têm muito a aprender com seus alunos e o ambiente escolar a partir de uma troca de aprendizagem entre

professores e alunos. A comunidade escolar, como um todo pode fazer-se presente nessas trocas e contribuir para o processo de democratização da escola.

Em 1928, a chamada Escola Nova lançou mão das concepções do filósofo e pedagogo John Dewey (1859-1952) sendo ele a grande influência para os educadores e gestores da época. Conforme estudos sobre John Dewey, para ele a Educação, é uma necessidade social. Por causa dessa necessidade, as pessoas devem ser aperfeiçoadas para que se afirme a continuidade social, e possam dar prosseguimento às suas idéias e conhecimentos na participação na sociedade.

A Escola Nova tentou romper a concepção da educação que vinha acontecendo no Brasil, a nova concepção provocou muitos conflitos entre o Estado e Igreja, aliados no poder governamental, em relação à centralização e descentralização da escola pública e privada.

Cabe ressaltar, através de uma ordem cronológica, que de 1920 a 1930, houve a luta da população, pelo voto livre e secreto. Aos poucos a sociedade foi lutando e conquistando a liberdade e assim também percebemos que esse movimento houve também na escola. Em 1932 houve o Manifesto dos Pioneiros que defendiam a gratuidade e idéias de democracia na sociedade. O movimento de evolução democrática que assolava o país pereceu com o Golpe Militar (1964 - 1985) que estabeleceu a ditadura.

Os ideais democráticos foram esmagados e somente após 21 anos, em 1982 tentou-se romper com o golpe através da eleição para governadores e assim retomar a democracia. Através dessa movimentação houve a participação do povo através do voto. O povo se mobilizou para que houvesse uma nova Ordem Nacional, reformulando a Constituição do País. Assim surgiu a Constituição de 1988.

A Nova Constituição de 1988 estabelece mudanças significativas no sistema educacional, político e social do país. A mesma tem como objetivo proporcionar vida digna aos brasileiros e a maior participação popular no gerenciamento do país.

Assim a Lei de Diretrizes e Bases apresenta essa obrigatoriedade e extensão do ensino em relação à educação:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (BRASIL, art.208. 1996)

Houve uma ampliação da gratuidade conforme Cury (2000) mostra a evolução da educação através das constituições: A Constituição de 1824 dispunha a gratuidade para o ensino primário e só para os filhos de livres ou de libertos. A Constituição de 1934 estabeleceu a gratuidade e obrigatoriedade para todos e de qualquer idade do primário. A Constituição de 1967 amplia a gratuidade e obrigatoriedade para os oito anos, o que, posteriormente, a Lei de 5.692/71 denominaria de ensino de primeiro grau. E a Constituição de 1988, amplia as constantes que se referem as constituições anteriores.

Após oito anos de discussões com diferentes instâncias políticas da sociedade, o Governo Federal estabeleceu a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) /1996, que dispunha sobre a obrigatoriedade do Ensino Fundamental, sendo descrito como gratuito e obrigatório. Independentemente de idade, cursá-lo. “O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo”. (BRASIL,1996, art.5) E o não oferecimento do ensino, pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente. Atualmente essa responsabilidade na educação básica foi repassada aos municípios, ou seja, é dever do Estado e responsabilidade do Município.

O Estado tem a obrigatoriedade de atender na escola as crianças de 7 a 14 anos. Também se legitimaram responsabilidades que cabe a família, ou seja, de matricular seus filhos na escola. Se não for cumprida a Lei referida anteriormente, os responsáveis pelas crianças são acusados pelo art. 246 do Código Penal, denominado por crime de abandono intelectual.

A Lei de Diretrizes e Bases também ampara a oferta de Ensino Médio pelo Estado, que passou a ser um direito constitucional de todo cidadão que concluisse o Ensino Fundamental. Antes, não havia a regulamentação para cursar o ensino médio. Após a LDB/96, tornou-se obrigatório para o Estado a oferta desse nível de ensino.

A educação infantil, nosso foco de estudo nesse trabalho, também faz parte da Educação Básica, juntamente com o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. A concepção de Educação Infantil, anteriormente, possuía a compreensão apenas do cuidar, a partir da nova Lei, também incorpora a concepção do educar.

Cabe ressaltar que a LDB/96 também apresenta o reconhecimento da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica.

Nessa etapa, é a gestão escolar, que passa por uma transformação de concepções sobressaindo à forma democrática como princípio gestor. Assim como na sociedade, o clima era de busca democrática e participação cidadã, nas escolas também se sente o fomento pelos princípios da democracia.

Foram pequenos os passos, mas constantes, rumo ao progresso democrático, que levam as Políticas Públicas e a sociedade civil, a sociedade perceberam a necessidade da escola não ser mera reprodutora de conhecimentos e sim potencializadora de todos que estão inseridos na comunidade escolar a fazer parte desse tempo e espaço sociocultural.

Para Bordenave (1994, p. 8), a “Democracia é um estado de participação”. O autor apresenta que a democracia participativa é aquela em que os cidadãos, ao sentirem-se fazendo parte de uma nação ou grupo social, têm parte real na sua condução e por isso tomam parte na infindável construção de uma nova sociedade da qual se sentem parte. Não sendo diferente na escola os pais e membros da escola necessitam se sentirem fazendo parte daquela escola através de sua participação.

Na concepção democrático-participativa, a qual se caracteriza por ser um conjunto de ações organizadas e compartilhadas em prol da escola, a gestão escolar deve possuir uma constituição interativa e fazer revisões de atitudes em relação à vida, à educação, à escola. Libâneo (2003) nos descreve:

A concepção democrático-participativa baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe. Acentua-se a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de tomada de decisão. Entretanto, uma vez tomadas as decisões coletivamente, advoga que cada membro da equipe assumira sua parte no trabalho, admitindo a coordenação e a avaliação sistemática da operacionalização das deliberações (p. 325).

Essa concepção ressalta as relações humanas entre sua equipe e a participação de todos que fazem parte do processo escolar. A escola possui componentes básicos para obter bons resultados nesse ambiente escolar participativo, fundamentais na estrutura democrática. São eles: constituição do conselho escolar, elaboração do projeto político pedagógico (PPP), eleição para diretor, assembléias, a elaboração de projetos entre outros elementos. A idéia e prática de uma gestão democrática só tem a melhorar e qualificar o ensino. Libâneo (2012) acredita nessa descentralização, mas com a participação de todos que fazem parte da escola:

[...] é a autonomia escolar, implicando uma gestão descentralizada em que a escola executa um planejamento compatível com as realidades locais, aplica processos de tomada de decisões sobre problemas específicos, introduz mudanças nos currículos e nas práticas de avaliação, decide sobre utilização e controle de recursos financeiros. (p. 423)

Muitas vezes, a gestão democrática pode ser utópica, imaginária. A participação não acontece de forma efetiva, apenas é subentendido como uma vivência democrática, sendo apenas diante a votação, reuniões, presença nos momentos que é solicitado, sendo uma forma incompleta e limitada de democracia.

Características que exercem uma forte resistência a introdução de ações participativas democráticas, apesar de as idéias correspondentes a esse processo serem facilmente aceitas e cultivadas como um valor. O que ocorre mais comumente é o entendimento de que a vivência democrática se dê mediante o voto, ou a emissão de opinião a respeito de aspectos relacionados a uma decisão a ser tomada que, apesar de importante, constitui-se em forma incompleta e limitada de expressão democrática. (LÜCK, 2010, p.86-87)

Para a autora, a democracia apresenta-se como uma realidade difícil porque na história, a realização democrática ainda não esteve presente para possibilitar essa relação entre a escola e a comunidade escolar. É comum apresentar-se com uma abrangência tradicional e limitada das estruturas gestacionais.

Libâneo (1999) volta-se à escola, relacionando-a com a sociedade apresentando uma descrição do papel de uma escola tradicional, sem questionar e nem mencionar a participação dos pais:

A atuação da escola consiste na preparação intelectual e moral dos alunos para assumir sua posição na sociedade. O compromisso da escola é com a cultura, os problemas sociais pertencem à sociedade. O caminho cultural em direção ao saber é o mesmo para todos os alunos. (LIBÂNEO, 1999, p. 23)

Atualmente, no novo milênio, existem outros conceitos democráticos e democratizadores inseridos na escola. Há necessidade de mudar o fazer da antiga concepção e desenvolver os novos princípios.

Com a nova proposta de gestão democrática, que tem como ênfase a participação dos pais, o objetivo é os pais trabalharem junto com a escola buscando melhorias para o ensino através dos projetos pedagógicos, estrutura física e qualidade do ensino. Sendo direito dos pais tomarem decisões a respeito das ações na escola também. Através de uma pesquisa Paro (2004) afirma:

Com isso, a escola não estará, na verdade, passando parte de suas tarefas aos pais, mas aumentando seu próprio trabalho e responsabilidades, na expectativa, é bem verdade, de facilitar seu trabalho educativo com os estudantes. Mas isto apenas denota uma preocupação com a qualidade de seus serviços que, em última análise, reverter-se-á em benefício dos próprios usuários.

A participação da comunidade é fundamental para a melhoria do ensino, podendo ser interpretada e executada de várias maneiras. É essa idéia que Paro (2000) ressalta sobre a gestão democrática:

Aceitando-se que a gestão democrática deve implicar necessariamente a participação da comunidade, parece faltar ainda uma maior precisão do conceito de participação. [...] preocupação quando se refere é a participação nas decisões. Isso não elimina a participação na execução; mas também não tem como fim e sim como meio, quando necessário, para a participação propriamente dita, que é a partilha do poder, a participação na tomada das decisões. (p.16)

Esse conceito de participação não está ainda muito claro para várias escolas. Nem mesmo para as políticas públicas ou para a sociedade civil. Qual seria o papel dos pais nessa participação? É em torno dessa questão que o trabalho se desenvolveu.

A participação dos pais na gestão escolar também pode ser através da elaboração do documento norteador das ações educativas da escola, sendo o Projeto Político Pedagógico, assim construindo de acordo com a comunidade e as necessidades da escola.

O documento que fundamenta a escola e que abrange o espaço escolar, projetos desenvolvidos, organização sendo o principal documento o Projeto Político Pedagógico. Pois um processo de organização da escola pressupõe sistemas de organização, sendo fundamental o Planejamento e documentos e regras de convivência que norteiem esse espaço coletivo.

O planejamento também faz parte da escola e que é no decorrer da construção coletiva dos objetivos que exige uma estrutura em que são estabelecidas metas e previsão de decisões para orientar uma escola, objetivando o que tem que ser feito para melhorar aquele ambiente, ou solucionar problemas que se apresentam, ou mesmo, nortear a linha pedagógica da escola e, a partir da realidade e das necessidades constatadas, começar a estabelecer os objetivos para a superação e funcionamento da mesma. Esse planejamento deve ir além da construção do PPP e sim ser diariamente elaborado com os membros da escola.

A escola é composta por uma comunidade escolar constituída pelas famílias, funcionários, alunos e corpo docente, que todos deveriam ser bastante participativos. O planejamento de uma gestão participativa requer sujeitos que tenham um posicionamento democrático e dessa forma, façam com que a escola progrida para o bem estar da sua comunidade e para a qualidade do ensino.

Quando se trabalha a partir de um planejamento participativo, pode-se dizer que se busca, coletivamente, estratégias de ações que corroborem com bons resultados diante das vivências, metas e objetivos estabelecidos nesse ambiente escolar. Para que a “qualidade do ensino e os resultados se viabilizem, é preciso contar com a participação de todos no desenvolvimento da ação, lançando mão inclusive, do mecanismo de cooptação para a realização de parcerias”. (VEIGA, 2001, p. 48)

Na escola sempre há situações que necessitam aprimorarem-se, aperfeiçoar para que haja progresso e melhora para obter um bom desenvolvimento, atualizando-se às necessidades contemporâneas. O papel do Projeto Pedagógico é organizar a escola para uma ação elaborada que promova o bem comum através de espaços e tempos qualificados de aprendizagens.

O Projeto Político Pedagógico é um processo que por lei ou concepção envolve a participação de toda a comunidade escolar, com toda sua diversidade cultural, crenças, costumes, histórias e concepções. Estamos inseridos em uma sociedade local e, a partir dela, fazemos escolhas, discutimos e planejamos de forma a garantir a boa convivência e o aprender significativo à Educação Infantil.

Com uma perspectiva de início, meio e fim, o PPP necessita de ações que delineiem esse ambiente e também a realização de avaliações das mesmas para ver se foram atingidos os seus objetivos. Para Veiga (2001), o projeto pedagógico é um:

[...] projeto concebido como um instrumento de controle, por estar atrelado a uma multiplicidade de mecanismos operacionais, de técnicas, de manobras e estratégias que emanam de vários centros de decisões e de diferentes autores. (p.47)

Um PPP representa o caráter teórico reflexivo das ações pedagógicas de uma instituição, mas, por ser essencialmente reflexivo, apresenta a necessidade de ser construído a partir das vivências da comunidade escolar.

O documento deve ser utilizado nas práticas que ocorrem diariamente na escola, seja por seus funcionários, pais, alunos e/ou professores. Apresenta de um

lado, o interesse da comunidade, alunos, sistema de ensino e de outro, uma organização, currículo, idéias e as práticas educativas que são indissociáveis da teoria. Um PPP acaba sendo uma estrutura das discussões que acontecem de forma coletiva, para apresentar e desenvolver as competências e habilidades de uma determinada comunidade escolar.

Cabe ressaltar que a escola é composta por uma comunidade escolar e quando se volta ao assunto organização requer uma direção com pessoas que tenham um posicionamento democrático, participativo. Quando se tem um planejamento pode-se dizer que se têm estratégias para um bom desempenho nesse ambiente escolar.

Adentro nas discussões sobre os termos Projeto Pedagógico (PP) e Projeto Político Pedagógico. Projeto pedagógico é um instrumento que ministra diversas formas de mecanismos, estratégias que exige diversas maneiras de decisões e com diferentes protagonistas. Esse documento surgiu nas escolas por ser uma necessidade de mudança, transformação na escola. Sendo um documento que gera um processo de ação – reflexão – ação que dependem de esforços e vontade do coletivo escolar. Esse coletivo abrange Escola, Família e Comunidade Escolar. Na escola sempre há situações que necessitam melhorar, a serem aperfeiçoadas para que haja progresso e demonstre melhoras para obter um bom desenvolvimento e desempenho no espaço escolar. O papel do PP é organizar a escola para ações, sendo um processo que por lei ou concepção envolve a participação. Porém quando se fala em participação lançamos mão de diversidade cultural, crenças, costumes, concepções e estamos inseridos na sociedade que a partir dela fazemos escolhas, discutimos, planejamos. Assim, o Projeto necessita de ações que delineiam esse ambiente escolar de participação e também a avaliação dessa escola para ver se foram atingidos seus objetivos.

A palavra político, vinculada a expressão projeto político pedagógico, começa ser usada no processo de luta pela democratização, assume o conceito de educação como um ato político, pois envolve participação e coletividade, tornando um momento que começamos ter voz ativa na sociedade e aprendemos a desenvolver os processos de cidadania.

O Pedagógico referente ao Projeto Político Pedagógico, conforme Ferreira (2008, p. 178) “Pedagógico é a articulação de fatores, objetivando a produção do conhecimento”. Mas na escola, é o que vigora o caráter da Prática Educativa voltada

aos sujeitos que estão envolvidos e, por tanto, tem evidência política. Esse indicativo de ser pedagógico reflete em todos os sistemas da escola, gerando educação e mudanças que almejam qualidade e contemporaneidade nas propostas que se apresenta.

Sendo um documento (Projeto Político Pedagógico) não estanque, deve ser repensado, avaliado e discutido constantemente, para adaptar-se conforme os princípios da escola. O Projeto Político Pedagógico não deve ser elaborado, engavetado e esquecido. Muito pelo contrário, é um documento que apresenta subsídios para programar e programar as iniciativas que são propostas diariamente, no interior de uma escola.

Trabalhar com o PPP é uma tentativa de romper com a visão conservadora de gestão escolar e envolver diferentes instâncias que atuam no coletivo da escola, para construir suas práticas e fundamentação teórica, demonstrando intencionalidades pedagógicas, culturais, profissionais e assim construindo uma concepção de gestão democrática.

É dever de todos envolvidos na escola, cumprir com suas obrigações, mesmo que, muitas vezes, nem percebamos que temos esses deveres. Às vezes, também desconhecemos nossos direitos. No PPP os direitos e deveres aparecem na forma de regras de convivência. Libâneo (2012) descreve:

[...] todas as pessoas que fazem parte da escola realizam ações educativas embora não tenham as mesmas responsabilidades nem atuem de forma igual. Cabe lembrar que não é o suficiente estar inserido naquele espaço e participar apenas quando lhe é solicitado e sim comprometer-se das responsabilidades advindas e agir no coletivo. (p. 414)

Percebe-se através da nomeação do documento norteador da escola ao qual as pessoas que se apropriam do mesmo se utilizam de formas de pensar e agir. Através do documento que deve acompanhar todos os processos que acontecem na escola. Um documento a estar presente na vida e no cotidiano escolar.

Assim os conceitos apresentados referente ao Projeto Pedagógico e Projeto Político Pedagógico apresentam que ambos têm os mesmos papéis dentro da escola, mas o PPP apresenta uma forma mais democrática na sua forma de ação, sendo a forma que o trabalho defende para uma gestão democrática participativa. O documento deve ser pensado de forma coletivo entre todos os membros da escola e dessa maneira democrático.

2 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa teve cunho qualitativo, tendo como objetivo interpretar os fatos e a atribuição de resultado. De acordo com Gil (2006) é uma forma direta da coleta de dados e a relação com o pesquisador. A metodologia dessa pesquisa caracteriza-se pela singularidade de um estudo de caso. O contexto investigativo foi uma escola que trabalha apenas com filhos de industriários no município de Gravataí/RS. “O interesse [...] incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.17).

O estudo foi aprofundado, com análise de documental. Também seguindo um estudo das Legislações referentes à gestão democrática e participativa através dos estudos dos autores Libâneo (2012), Veiga (2001), Lück (2010), Paro, (2000) entre outros que pesquisa os assuntos como participação dos pais, democratização da escola e gestão democrática. Os sujeitos da pesquisa são os pais dos alunos da Educação Infantil. A Supervisora pedagógica também teve a contribuição na pesquisa sanando algumas dúvidas referentes a gestão da escola. Os sujeitos foram escolhidos depois da apresentação do projeto de pesquisa para a Coordenadora e Supervisora da escola.

A escolha pelos pais dos alunos ocorreu por serem de uma turma que todos os alunos já freqüentaram o Primeiro Nível da Educação Infantil, motivou-se a escolha porque já estão habituados com a Instituição e puderam ter um tempo para conhecer os funcionários, professores, espaços.

Um dos instrumentos utilizados para a coleta dos dados foi o questionário, (apêndice 1) com questões do tipo aberta objetivando coletar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas. O questionário proporciona vantagens, pois direciona as questões para o foco da pesquisa, mas também limitações por ter pessoas que respondem de forma muito sucinta não deixando clara a sua resposta ou até incompleta. O questionário foi entregue aos pais juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice 2), pois o mesmo esclarece os objetivos da pesquisa e certifica a confiança dos dados fornecidos. Os responsáveis pela escola (Supervisora Pedagógica e Orientadora) também assinaram um Termo de Autorização da Pesquisa antes da realização da

coleta de informações. O nome da Instituição e nome dos participantes se mantêm em sigilo, mantendo a ética na pesquisa realizada.

A pesquisa seguiu as seguintes etapas: O primeiro recurso a ser utilizado são as fontes documentais, dentre outras, que abrange Legislação Federal, Estadual e Municipal. Nessa etapa foram analisados o Projeto Político Pedagógico, Regulamentos e Normas fornecidos pela escola, com amparo no Referencial Curricular Nacional. Através destes realizou-se reflexões, obtendo subsídios e formulando questionamentos para a próxima etapa da pesquisa.

A análise documental é entendida como uma concepção de alguns autores constitui uma técnica na pesquisa qualitativa que pode ser complementada por informações obtidas por outras técnicas, assim desvelando aspectos novos de um tema ou problema. (LUDKE; ANDRÉ, 1986)

A preocupação, nesse primeiro momento, foi analisar os para compreender e entender mais sobre as leis, normas e regulamentações que, percebe-se nas entrelinhas, vão abordando a participação dos pais no espaço escolar.

No segundo momento da pesquisa, utilizou-se da entrevista semi-estruturada. Gil (2006, p. 117) apresenta a entrevista como uma “técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formulam perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”. A entrevista (apêndice 3) foi baseada por perguntas amplas, mas com a intenção de compreender como ocorre a participação dos pais na gestão escolar na determinada escola. Foi o instrumento utilizado para a coleta de dados junto à supervisora pedagógica da escola que esclareceu algumas dúvidas referentes aos documentos da escola e contou a história da instituição, seu funcionamento e trajetória.

Concordo com as autoras (LÜDKE; ANDRÉ, 1986) quando mencionam que uma das vantagens da entrevista é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos.

A terceira etapa realizada com os pais dos alunos foi realizada com questionários abertos – o questionário dá espaço em branco ao respondente para que o mesmo possa escrever sua resposta sem qualquer restrição – enfatizando no questionário a participação dos pais no processo da gestão escolar.

Através da coleta dos dados e informações foram analisados qualitativamente. O conceito de análise de dados qualitativos pode variar conforme

as concepções de cada autor. A análise qualitativa que traz o conceito mais adequado para a pesquisa é:

É o processo de busca e de organização sistemático de transcrição de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objetivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros que encontrou. A análise envolve o trabalho com os dados, a sua organização, divisão em unidades manipuláveis, síntese, procura de padrões, descoberta dos aspectos importantes e do que deve ser aprendido e a decisão sobre o que vai ser transmitido aos outros. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 205)

Os dados serão cruzados com o referencial teórico que diz respeito a participação dos pais e a gestão escolar, Lüdke; André (1986) descrevem isso como um movimento de construção de categorias com referencial teórico, em que a pesquisa encontra como suporte. No decorrer do estudo, essa análise vai se ampliando de acordo com autores que se voltam as teorias e os fatos empíricos.

O resultado se configura em uma socialização das análises com a reflexão referente a participação dos pais no processo de gestão pode influenciar no processo escolar.

A Instituição estudada atende sua clientela em trinta e cinco pontos do Rio Grande do Sul (RS). Nas várias regiões do Estado, as suas ações abrangem não apenas a de Escola voltada à Educação Infantil, mas possui outros trabalhos que são multiplicados por meio de parcerias com empresas, sindicatos, governos municipais e estaduais, entre outras entidades públicas e privadas.

A escola investigada se localiza no município de Gravataí, na grande região metropolitana de Porto Alegre, capital do RS. Uma cidade essencialmente urbana. Os alunos que freqüentam a escola são principalmente filhos de trabalhadores da indústria, e a escola pertence à rede privada. Os alunos são de idade pré-escolar, de 4 a 6 anos. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sancionada em 20 de dezembro de 1996, no Artigo. 30: A educação infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré – escolas para crianças de quatro a seis anos de idade. (BRASIL, 1996)

A Escola de Educação Infantil dessa instituição começou sua trajetória em 1970 num contexto histórico que apresentava enorme carência no atendimento à crianças em idade pré-escolar. O Problema que foi agravado com a inserção da mulher no mercado de trabalho. A instituição percebeu essa necessidade e

implantou o atendimento à criança em idade pré-escolar e, de tal modo, foi se adaptando às necessidades, normas, leis e ganhando espaços.

Na década de 90, a escola ampliou seus objetivos que buscaram comprometimento e parceria com empresas, parceria de responsabilidade social pela assistência e desenvolvimento das crianças - filhos de trabalhadores.

Em 1999 a Instituição realizou um encontro com todos os profissionais que faziam parte do sistema na área de Educação Infantil do Rio Grande do Sul para dar início à sistematização do seu Projeto Político Pedagógico. Foi um momento que proporcionou aos profissionais estudos, reflexões e discussões proveitosas, a partir dos quais, traçou uma linha norteadora das suas ações relativas à educação e divulgou os princípios que embasam o documento. A construção do PPP reuniu esforços de todos os profissionais envolvidos com a educação, em um processo participativo, a fim de constituir-se como referencial para a prática pedagógica desenvolvida nessa Instituição.

A Unidade do Município de Gravataí – escola analisada – freqüentavam filhos de industriários entre 3 à 6 anos, em 3 turmas com caráter de creche. Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação (SMED) de Gravataí, as creches deveriam adaptar-se às exigências e regulamentação de Escola Infantil. A turma das crianças de 3 anos, devido as exigências que não estavam de acordo para essa faixa etária, foi extinta. Pois se teve a preocupação de estar de acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p. 73) o ambiente escolar é de extrema importância para o desenvolvimento da criança:

A instituição necessita criar um ambiente de cuidado que considere as necessidades das diferentes faixas etárias, das famílias e as condições de atendimento da instituição. Como as crianças pequenas se caracterizam por um ritmo de crescimento e desenvolvimento físico variado os cuidados devem incluir o acompanhamento deste processo. (BRASIL, 1998, p. 73)

Adequando-se à lei, a unidade de Gravataí tornou-se uma Escola de Educação Infantil que atende crianças de quatro a seis anos com as atividades e estrutura descritas acima, pertinentes ao atendimento dessa faixa etária.

A estrutura física do ambiente da escola consta de: as salas para atividades com as crianças, sendo Nível A (4 anos a 4 anos e 11 meses) e Nível B (5 anos a 5 anos e 11 meses). Pois cada sala possui aproximadamente 20 alunos.

As salas têm mobílias adequadas para a idade, espaços temáticos, brinquedos de fácil acesso para as crianças. Os trabalhos são expostos pelos corredores, um mural ao lado das portas da sala de aula que avisa e exhibe o Projeto que está sendo desenvolvido naquele período, ou, ainda, apresenta informações necessárias aos responsáveis. Essa organização da sala e ambiente está de acordo com o que a orientação do Referencial Federal dá suporte e norteia a Educação Infantil:

Os brinquedos e demais materiais precisam estar dispostos de forma acessível às crianças, permitindo seu uso autônomo, sua visibilidade, bem como uma organização que possibilite identificar os critérios de ordenação. É preciso que, em todas as salas, exista mobiliário adequado ao tamanho das crianças para que estas disponham permanentemente de materiais para seu uso espontâneo ou em atividades dirigidas. (BRASIL, 1998, p.71)

A escola possui uma sala administrativo pedagógica e também uma cozinha (industrial), refeitório que é junto com o salão de festas da escola, banheiros para higiene oral e sanitários, praça com brinquedos de acordo com a faixa etária e espaço ao ar livre para realizar atividades. Os profissionais que trabalham na Educação Infantil são: duas professoras com formação superior na área e duas atendentes que auxiliam as professoras. Ainda completam o quadro funcional, porém atendem também outras áreas da Educação: duas cozinheiras, uma Coordenadora Educacional, uma Supervisora Pedagógica, uma Secretária de Escola e dois Assistentes de Biblioteca, que realizam a Hora do Conto e também auxiliam no empréstimo de livros para as crianças e seus pais. Algumas estagiárias que desenvolvem oficinas, ocasionalmente também compõem o quadro, mas no momento da coleta de dados, não teve nenhuma realizando atividades com as turmas de Educação Infantil. A Unidade ainda conta com o ofício de Zeladoria que presta pequenos serviços de manutenção e duas funcionárias terceirizadas para a limpeza.

O prédio utilizado pela Educação também conta com um banheiro infantil para as turmas, exclusivamente, um Laboratório de Informática que além das crianças usufruírem desse espaço é um lugar de formação continuada para trabalhadores da indústria. A sala da Secretária de Educação e Coordenação se encontra no mesmo espaço. A sala utilizada pela Supervisão Pedagógica que também é o espaço em horário de planejamento os professores se encontram e realizam conversas com os pais. Duas salas de aula para demais projetos educacionais. Um banheiro adulto

masculino e um banheiro adulto feminino. Os demais espaços pertencem à Instituição, onde são oferecidos outros serviços e também se tem espaços naturais, pomar e quadras esportivas que eventualmente as crianças usufruem.

O período de permanência das crianças na escola é de tempo integral, havendo informações diferentes no Projeto Político Pedagógico de 2001, que apresenta a opção também de meio turno. Cabe considerar que o PPP de 2012 não menciona sobre o período de permanência.

A modalidade do ensino é presencial e prevê atividades extra classe, com planejamento elaborado desde o início do ano. Para obter melhor acompanhamento e uma relação entre escola e família, é fornecido aos alunos uma agenda escolar onde consta sobre alimentação, sono, esfínteres, espaço para recados de professores e pais, favorecendo a comunicação entre a família e a escola.

Todo início de ano é realizada uma entrevista pelo professor aos pais ou responsáveis pelas crianças, a fim de melhor conhecer os alunos e suas famílias. Essas entrevistas do ano de 2012 apontam que os pais dos alunos, na sua maioria são filhos de industriários, que moram na cidade de Gravataí. Essas famílias moram em casas individuais e alguns dividem o terreno com outro familiar. A religião é bastante diversificada, mas a maioria é cristã. As opções de lazer são as praças públicas, *fast foods*, salões paroquiais, programas de televisão, passeios, etc.

As expectativas das famílias em relação à escola são principalmente a segurança, cuidados físicos (higiene e alimentação), socialização e as atividades educativas.

Nesse ano, de 2012, as turmas são compostas por crianças na maioria, brancas, filhos únicos e que já tiveram uma experiência anterior com creches ou local para cuidados.

São crianças bastante interessadas, curiosas e afetivas, com necessidades de regras e limites que no decorrer do ano letivo são trabalhados através de uma rotina estabelecida pelas professoras.

3 ANÁLISE DA GESTÃO ESCOLAR - PARTICIPAÇÃO DOS PAIS – ALGUNS ESCLARECIMENTOS

A coleta dos dados aconteceu através de vinte questionários enviados, sendo apenas para uma turma de Educação Infantil para a Instituição que fez parte da pesquisa. O retorno dos mesmos não foi um número esperado. Retornaram apenas oito questionários. Destacando que foi mandando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, explicação da pesquisa e foi enviado um questionário. Os questionários foram enviados através das agendas dos alunos. Informo que a agenda é um meio de comunicação entre a escola e a família. Poucos pais enviaram com rapidez os questionários e para ter a devolução dos outros, foi necessário enviar um bilhete como lembrete de quem gostaria de participar da pesquisa enviasse junto com a agenda respondido o questionário e caso alguém não tivesse interesse de colaborar/participar da pesquisa poderia apenas assinar e devolver o questionário, assim a pesquisadora poderia estar ciente da não participação de alguns.

Percebe-se o envolvimento da comunidade escolar, que há participações dos pais na escola. Seria, realmente, o objetivo de favorecer as relações e as aprendizagens? Observamos algumas divisões de tarefas de competência do corpo docente ou de funcionários, mas como ocorre essa participação dos pais, como contribui no processo escolar, o que vem a favorecer?

Alguns pais participam da vida escolar dos filhos, colaborando na vida escolar, sendo atenciosos, ajudando no seu crescimento social, intelectual e emocional e dando segurança para que eles progridam nos anos escolares. Os pais participam da gestão da escola através de questionários, da vida diária dos alunos, discutem propostas e escolhem o que consideram a melhor decisão na gestão escolar. Destaco que apenas um pai respondeu que tem a possibilidade e de que forma ocorre a participação na gestão escolar: “Existe um grupo/equipe com pais para gestão escolar para tomadas de decisões”. (Escrita do pai F). Apenas esse pai afirma que há participação das escolhas de decisões na escola e os outros pais afirmam que “não participam” (Escrita de vários pais – C, G, D, B, A, H), mas afirmam ter a participação em outros segmentos como as reuniões, festas, encontros entre outros meios.

As famílias que tem seus filhos nessa escola demonstram uma preocupação na vida escolar dos filhos e certa participação na gestão escolar. Destacamos que é uma escola privada, mas que atende apenas filhos de industriários. Mas de alguma forma há envolvimento dos pais na participação da vida escolar de seus filhos. O autor apresenta o que a participação poderá contribuir na escola:

[...] o filósofo alemão Habermas, ao definir participação, permite encaminhar o debate num sentido ao mesmo tempo promissor e original. Diz ele: “Participar significa que todos podem contribuir, com igualdade de oportunidades, nos processos de formação discursiva da vontade” (1975:159), ou seja, participar consiste em ajudar a contribuir comunicativamente o consenso quanto a um plano de ação coletivo. (FERREIRA, 1998, p. 62)

Outras famílias freqüentam a escola por obrigatoriedade de participação, como nos conselhos escolares, associações de pais, entrega de avaliações, reuniões, eventos que a escola promove ou quando são chamados pela professora para conversas individuais.

Alguns pais afirmam que: “Estou sempre presente nas reuniões que me solicitam” (Escrita do pai D); “Leio a agenda, ir nas reuniões.” (Escrita do pai E). A Lei de Diretrizes e Bases menciona que a família deve estar presente na vida escolar do filho que é o que as respostas dos pais apresentam estar juntos na escola:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, p.1)

Fica clara através da lei acima a descentralização da responsabilidade sobre a vida escolar das crianças. A oferta da Educação Básica é de responsabilidade do governo, mas a freqüência e a permanência na Educação Básica é também responsabilidade das famílias.

Atualmente, não é apenas a escola que tem o papel de educar e ensinar. Ambas, escola e família são indissociáveis para a construção da cidadania. A autora Lück (2010) conta que em um trabalho desenvolvido em escolas paraenses percebeu-se que existia uma limitação da participação através dos indicadores da pesquisa realizada: falta de integração entre escola e família. Verificou-se uma barreira em trazer os pais para a escola. Foi, então, realizado todo um estudo e um trabalho de esforço coletivo para superar essa dificuldade. Após um período curto de

tempo a participação era de 95% dos pais na votação escolar e passaram a ser participantes ativos nas reuniões e encontros realizados.

[...] os pais, quando aceitos, compreendidos e estimulados, participam da vida escolar e muito podem contribuir para a melhoria da qualidade do ensino – fato, registrou-se também maior comprometimento dos pais com a realização das transformações propostas pelos diretores eleitos. Além disso, deve-se considerar como um direito dos mesmos influenciar a determinação do sentido do ensino que seus filhos irão receber.

Essa participação dos pais na vida da escola tem sido observada, em pesquisas internacionais, como um dos indicadores mais significativos na determinação da qualidade do ensino, isto é, aprendem mais os alunos cujos pais participam mais da vida da escola. (LÜCK, 2010, p. 85-86)

É responsabilidade dos pais junto à escola ensinarem e contribuírem para o ensino e aprendizagem de seus filhos. Também é possível estabelecer uma divisão de poderes na escola, com a contribuição dos pais por meio da participação das tomadas de decisões, através de reuniões, enquetes, palestras, debates sobre as dificuldades vivenciadas pela comunidade escolar, entre outras coisas. Sabemos que também aparecem limitações nessa participação porque a democracia ainda é um exercício vivido parcialmente em todos os segmentos sociais. Quando falamos em democracia, junto a esse conceito, está ligada a participação, mas sabe-se que conforme (LÜCK, 2010, 87 *apud* CUNHA 1995, p. 59) esse regime dito democrático não é muito maduro e decidem-se participativamente, muitas questões apenas para diluir as responsabilidades, gerando assim contribuições não claras e consistentes que podem gerar situações de fracasso escolar. Nesses casos, o fator mais prejudicado é a qualidade do ensino.

Essa divisão de poder, não significa que um tenha mais poder do que o outro. Se pensarmos em gestão democrática, todos teriam aumento de responsabilidades, direitos e obrigações de colaborar para melhorar a qualidade do ensino na escola. Dessa maneira, da união - escola e família obteríamos talvez um resultado muito positivo diante das conquistas escolares e da qualidade do ensino. Se comesçassem a trabalhar juntas, através do diálogo, voltadas a um mesmo foco, uma escola que se preocupa com seus alunos, seus problemas e dificuldades e conjuntamente buscassem a solução para necessidades da escola, obteríamos uma gestão escolar de sucesso nas suas ensinagens e aprendizagens.

As características individuais são importantes na prática de participação, ouvir queixas, respeitar as idéias e ideais dos outros para tentar colaborar com a escola, refletirá positivamente no desenvolvimento e vida dos alunos. Libâneo (2012) afirma

que todas as pessoas que trabalham na escola realizam ações educativas. Concordo com o autor, acredito que todos que fazem parte da escola desde a pessoa que recolhe o lixo, funcionários que não tem acesso direto aos alunos, pais, professores, funcionários terceirizados, entre outros. Não lhes cabe a mesma responsabilidade de cuidado e formação, nem atuam de forma igual, mas deve ter um foco comum da educação das crianças, um eixo norteador que perpassa todas as ações educativas da escola.

Acredita-se que não são apenas os professores que educam. Todas as pessoas que trabalham na escola realizam ações educativas, embora não tenham as mesmas responsabilidades nem atuem de forma igual... [...] as escolas são ambientes formativos, que significa as práticas de organização e gestão educam, isto é podem criar ou modificar os modos de pensar e agir das pessoas. (LIBÂNEO, 2012, p. 414)

Através da gestão descentralizada, a escola desenvolve juntamente com as pessoas que fazem parte da ação educativa um planejamento que dará base para as aplicações das propostas pedagógicas, atividades, reuniões, tomada de decisões, situações que venha a acontecer, até mesmo, imprevistos. Uma escola democrática que acredita e permite a colaboração dos pais, adapta seu currículo de acordo com a realidade que a cerca e compreende todos os membros envolvidos na participação e tomada de decisões.

Pode-se perceber esse aumento de comprometimento pela participação, através do questionário preenchido pelos pais dos filhos que frequentam a escola:

“Na entrega e pegada da criança” Escrita do pai E) – o professor fornece informações de como foi o dia da criança, caso precisa levar algo para o dia seguinte. “Existem reuniões, atividades para as famílias que fazem com que a gente saiba o que está acontecendo na escola”; (Escrita do pai E) Outra resposta apresenta “estou sempre interada dos assuntos da escola” (Escrita do pai F) – o responsável não informou como é essa interação, mas acredito que saiba o que está acontecendo na escola.

Através da escrita dos pais não apresentam como é a participação na gestão escolar e sim como ocorre a participação diária na vida escolar de seus filhos, sendo também importante esse contato diário com a escola. As maiorias dos pais que responderam os questionários mencionaram que a comunicação com a escola ocorre através da agenda, sendo uma maneira limitada de participação.

Com base nos estudos realizados, verificamos que a temática gestão–democracia-participação é muito discutida e pesquisada, porém não ocorre o mesmo com a temática voltada à forma da participação dos pais na escola.

3.1 - Projeto Político Pedagógico da escola

Destaco que o PPP dessa escola é construído por todos os profissionais que fazem parte da instituição do RS, sendo um único documento norteador para todas as escolas do Estado vinculadas a essa rede, pois essa informação é dos documentos que foram fornecidos pela escola, mais especificamente na história da escola. Cada escola, em seu município, a partir do PPP, necessita realizar um planejamento voltado às necessidades do seu espaço/tempo escolar, através da construção coletiva dos objetivos, das reflexões sobre eles, das metas estabelecidas em ações necessárias, da previsão de decisões para orientar a comunidade escolar, da própria gestão, dinamizada pelos princípios de democracia e participação de todos os segmentos da comunidade escolar.

O Projeto Político Pedagógico elaborado em 2012 no seu contexto descreve que:

O processo de elaboração, esses segmentos da comunidade puderam perceber como corresponsáveis pela formação das crianças, direcionando seus “olhares” para as necessidades da comunidade. Representa nesse sentido, a tomada da posição da Instituição na organização da ação em relação à sua identidade, visão de mundo, utopia, valores, princípios e compromissos. (PPP, 2012, não paginado)

Essa pesquisa foi realizada sobre dois Projetos Político Pedagógicos, um atualizado, que foi elaborado em 2012; e outro, no ano de 2001, como primeira experiência da mantenedora em formalizar um PPP que atendesse a todas as unidades escolares do RS. Estamos sempre em um processo de transformação e as leis e documentos também precisam se adequar as necessidades da sociedade. Destaco que o documento que está em vigor é o Projeto Político Pedagógico de 2001, pois o Projeto de 2012 ainda está em tramite, sem paginação, revisão, mas ressalto que a escola fez questão de fornecer o mesmo para percebermos o avanço e as necessidades de alterações. Do ponto de vista da análise compreendi ser importante cruzar e relacionar informações dos dois documentos cedidos.

Fazendo a análise em conjunto com o Referencial Curricular referente à Educação Infantil os conteúdos a serem trabalhados de acordo com essa idade estão inseridos de forma correta e amparada por lei no documento analisado.

O Projeto Político Pedagógico tem sua escrita em forma de texto apresentando títulos que abordam os temas sobre: a criança, o educador, metodologia (objetos de conhecimento, aprendizagens, planejamento, família e escola, adaptação, vínculo, quais são as atividades desenvolvidas e quais são suas propostas pedagógicas). Nessa parte do Projeto é enriquecedor, pois percebe-se uma preocupação com a qualidade do ensino e o bem estar da criança nesse espaço. O documento apresenta qual a contribuição que a escola deve dar para esse cidadão:

Nesse contexto social, espera contribuir para a formação de um ser humano crítico, capaz de reflexões, solidário, sensível às necessidades sociais. As ações educativas propostas visam, ainda, desenvolver a criança para que se torne um adulto comprometido com o que faz, responsável, que busque igualdade de oportunidades, compreensivo com as limitações dos outros, que saiba lidar com os desafios diários e que tenha condições de resolver as dificuldades que possam surgir. (PPP, 2012, não paginado)

A preocupação com o futuro, com o cidadão, é um desafio da escola, a pessoa que pretendem formar, passando por essa etapa da infância nessa escola.

Através da entrevista com a Supervisora, descobriu-se que o novo Projeto Político Pedagógico teve como objetivo a participação dos pais na elaboração desse documento. A participação dos pais foi pensada de várias maneiras, sendo a primeira, através de questionários, pois não houve um retorno satisfatório dos questionários para serem tabulados. Posteriormente, foi pensado em uma comissão dos pais, mas entendendo que na nossa sociedade o processo de participar de escolhas não é uma rotina e não está incluso em nossas práticas, não foi obtido muito sucesso também com essa tentativa. Realmente, o papel participativo na gestão escolar é muito novo e atual, necessitando ser experienciado de diferentes formas e em diferentes instâncias sociais.

O Projeto Político Pedagógico de 2001 descreve situações de aprendizagem a troca de conhecimento e informações entre escola e família. A criança já chega na escola com bagagem de conhecimentos e isso deve ser respeitado, aproveitado e trabalhado em sala de aula. Em momento algum, foi mencionado a participação dos pais para a elaboração do documento. Apenas apontam no item entre Família e Escola que, independentemente da composição da família deve ser respeitada. O

documento menciona a importância da participação e envolvimento da escola e da família:

A escola se dispunha a um diálogo sempre aberto, inclusive descreve de que maneira: “através de reuniões, agendamento prévio, ou com o grupo de pais -, comunicação pela agenda; pelo contato com o educador, na chegada e na saída das crianças [...]” (Projeto Político Pedagógico, 2001, p. 26)

Em momento algum, fala da elaboração conjunta desse documento com os pais, no entanto, destaca, no decorrer de todo PPP, a importância dessa relação entre escola e família.

Através das leituras, reflexões e aprendizagens, compreendemos que a participação deve ser efetiva, inclusive nos momentos de decisões e elaboração de documentos, principalmente a elaboração do Projeto Político Pedagógico.

Alguns pais, no questionário, afirmam participar da vida escolar dos seus filhos. Apenas um, mencionou que na gestão escolar existe um grupo/equipe formado também com pais, para as escolhas de decisões da escola. Os outros apenas participam com interação, através da agenda, tirando dúvidas ou em reuniões.

O PPP de 2012, os Eixos Estruturadores embasam todas as práticas e ações pedagógicas da escola. O primeiro eixo que se apresenta é: ESCOLA E COMUNIDADE. Nesse primeiro eixo a escola demonstra a preocupação de a família acompanhar o processo de aprendizagem de seus filhos, participe do trabalho que a escola realiza. Menciona qual e a forma de participação dos pais, apresenta também essa participação na tomada das decisões, mas não se reporta a gestão escolar de forma direta:

A escola, por sua vez, espera que a família participe dessa relação, sugerindo assuntos a serem discutidos em reuniões, expondo suas expectativas, angústias e descontentamentos, estabelecendo uma parceria efetiva tanto no processo de desenvolvimento das crianças, quanto nas tomadas de decisão conjunta, envolvendo pontos de vista da escola e da comunidade de pais. (Projeto Político Pedagógico, 2012, não paginado)

A escola se preocupa com a maior participação das famílias em se inserir no trabalho que a escola realiza. Essa participação conjunta que envolve a escola e a comunidade de pais poderá desenvolver práticas escolares que beneficiam os alunos e para a melhoria da escola.

Esse envolvimento é mencionado em diversos documentos que abordam a criança e o adolescente e a escola, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no artigo 53, parágrafo único, menciona: “É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”. (BRASIL, 1990, p. 9)

Percebe-se a preocupação da escola em promover essa aproximação com a comunidade e também para o cumprimento das Leis. Mas ainda não basta a escola perceber essa necessidade e não promover ações para tanto. As famílias necessitam integrarem-se ao espaço de desenvolvimento dos seus filhos, que permanecem na escola por aproximadamente 12 horas esse espaço com as crianças. Pois todos que fazem parte da mesma devem fazer parte dessa comunidade escolar conforme o PPP:

Acredita-se que o PPP da escola é a referência para as ações educativas, com envolvimento de todos os segmentos – família, professores, funcionários e equipe – envolvidos no processo de elaboração deste documento, de forma que a prática adotada adquira sentido e significado para a comunidade escolar. (Projeto Político Pedagógico, 2012, não paginado)

A proposta pedagógica é bem apresentada e argumentada; a avaliação é parecida entre os dois PPP's, realizada de várias maneiras e o documento descreve quais são essas formas:

A avaliação é um processo dual – na medida em que diz respeito às crianças e aos professores – contínuo, diário e investigativo, que envolve parcerias e relações únicas que se estabelecem com as crianças – individualmente e com o grupo. Neste sentido, não sugere padrões e nem comparações entre as crianças, ao contrário, implica em singularidades, características e contextos dos momentos de vida em que as crianças se encontram. (Projeto Político Pedagógico, 2012, não paginado)

A avaliação da aprendizagem é o desenvolvimento da criança, sendo um processo dinâmico e contínuo. A avaliação deve ser formativa e mediadora. O PPP informa à comunidade escolar, que a avaliação é “processo dinâmico e contínuo – na medida em que diz respeito às crianças e à educadora”. (Projeto Político Pedagógico, 2012, não paginado). Portanto a avaliação ocorre de várias etapas e formas, havendo um registro de rotina, registro individual, tabela de acompanhamento, relatório de grupo, etc.

Os documentos analisados de acordo com os estudos realizados é uma referência às práticas desenvolvidas na escola e também deve ser conhecido por

todos que fazem parte da mesma, sendo fundamental para a participação e a gestão democrática:

Projeto político pedagógico (PPP), o que ocorre quando o seu processo de elaboração e implementação se pauta pelo princípio democrático da participação e, portanto, como um dos elementos do exercício da gestão escolar democrática. Desta perspectiva, o PPP é, também, um instrumento fundamental para a efetiva construção e instalação da democracia social entre nós. (FERREIRA, UFSM, 2009, p. 13)

Assim, o PPP da escola deve ser elaborado de acordo com as necessidades desse espaço de aprendizagem, considerando a família uma parte e presença importante na vida escolar, sendo indispensável a colaboração da mesma para a construção do Projeto Político Pedagógico. Esse é um procedimento que se apresenta como fundamental para a vida de seus filhos e para a educação de toda a comunidade escolar.

A articulação entre escola e família é um momento de transformação da realidade que irá de acordo com as necessidades previstas entre os membros da escola. É uma boa possibilidade de diálogo, fazer questionamentos das situações do presente e, com a insatisfação da situação, buscar soluções de forma coletiva.

Essa participação envolvendo a comunidade escolar ainda está se adaptando e buscando alternativas para a efetiva e democrática participação dos pais. Através da entrevista com a Supervisora ela deixou claro as tentativas de aproximação entre escola e família: “A escola está, aos poucos, tentando aproximar-se mais das famílias, o que é um fator positivo, mas também, um trabalho de conquista, gradativo e cauteloso, pois sabemos que essa prática não é um hábito dos pais, nem dos gestores, que também estão aprendendo os processos da democratização.” (Entrevista com a supervisora)

A Supervisora na entrevista apresentou a forma de gestão sendo muito minuciosa não tendo muitas escolhas feitas pela escola e sim vindo de uma gestão que é centralizada que apenas repassa regulamentos, normas, não apenas para essa instituição, mas para todas as escolas do RS. “Pois cada escola deve adaptar-se a ordem, mesmo muitas vezes não estando de acordo”. (Fala da supervisora) Sabemos como é difícil ser uma gestão democrática e ainda mais quando as ordens vêm de outro patamar, mas a escola utiliza estratégias para a aproximações dos pais, pois a supervisora acredita que seja fundamental para a criança. “Qualquer situação eu chamo os pais, precisam estar a par do que acontece na escola e com

seus filhos.” (Fala da Supervisora) A responsabilidade da escola e família para o desenvolvimento integral da criança.

Na escrita das respostas dos pais nas entrevistas, observa-se que a maioria afirmou sua participação na escola: “Ler a agenda, ir nas reuniões, estar presente com a filha na escola” (Escrita do pai E) – “Participação que nós temos com a escola é nas reuniões, encontro dos responsáveis, também através da agenda.” (Escrita do pai F) – “Tenho o conhecimento das atividades da escola através da agenda” (Escrita do pai G) – “O conhecimento que tenho é através da agenda” (Escrita do pai H) – “Participo sim, estou sempre presente nas reuniões que me solicitam” (Escrita do pai D) – “Tentamos estar presentes em reuniões e eventos promovidos” (Escrita pai C) – “Existem reuniões, atividades para a família, são estas participações que temos” (Escrita do pai B) – “Participo sempre” – (Escrita do pai A)

Assim os pais afirmam sua participação na escola de diversas maneira, mas em momento algum mencionam a forma de gestão escolar, nas tomadas de decisões. Mas essa participação, porém também se torna relevante e aos poucos poderá se direcionar para uma forma mais direta na gestão da escola precisando de um tempo para hábitos e mudanças:

[...] na perspectiva da participação, a questão da propriedade deve ser vista com pragmatismo, como algo flexível que muda com o transcorrer do tempo. Mais importante são as relações internas, o nível de transparência, o grau de autonomia e responsabilidade dos membros e a possibilidade de interferir efetivamente na construção de um plano consensual de ação coletiva. (FERREIRA, 1998, p. 63)

A proposta foi lançada, agora faltam estratégias para atingir os objetivos do próprio PPP, que é buscar o maior envolvimento dos pais, principalmente na elaboração do PPP de 2012 que está em construção e na gestão escolar, incluindo a participação dos pais para garantir um espaço melhor de aprendizagens através da qualificação do vínculo entre família e escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a condição de participação dos pais, considerando que a maioria das escolas também não tem claro o significado dessa participação. Fazer com que os pais participem não é uma tarefa fácil, mas não impossível, porque essa participação envolve seus filhos, frutos desse produto escola e família.

Portanto, tem que haver incentivos para a comunidade escolar, na escola, que está acostumada, há muitos anos, a trabalhar sem esse suporte e sem a opinião dos pais. Uma tarefa nada fácil por serem culturas diferentes, formações, concepções e princípios que, muitas vezes, se contrapõem.

Utilizamos Freire (1999, p. 5) para reafirmar que a função de educador é política e que o diálogo é a condição essencial da sua tarefa “a de coordenar, jamais influir ou impor”. A proposta de participação deve ser de diálogo e de forma mediadora para um bom desenvolvimento da escola.

Essa relação entre escola e família só poderá constituir-se através de diálogos, sendo o elo primordial para essa participação. De acordo com Lück (2010) essa inserção de novos membros no espaço escolar causa uma certa desestabilização e as relações de poder são ameaçadas por talvez não seguir suas concepções. Um trabalho que exige tolerância e diálogo. Para haver democratização, tem que existir determinações de funções e organização em sua coletividade construindo regras e princípios de forma participativa. Esse coletivo está subsumido, escondido, sem aparecer de forma clara quem são os componentes e quais são seus papéis na gestão escolar.

Através desse trabalho, comprovamos que a gestão escolar democrática, possui relevância para a vida escolar e a importância da participação dos pais, por vários fatores já apresentados seja nas escolhas de decisões, acompanhamento das atividades, inserção nesse espaço que seus filhos estão inseridos diariamente inclusive pela luta dos processos democráticos, pela melhoria do ambiente escolar. A realização dessa pesquisa é uma contribuição com o campo educacional, no sentido de superar a democratização relativizada pela forma comum de participação dos pais no universo escolar.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 27 de abril de 2010.
- BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 2.v.: il.
- BORDENAVE, J. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Braziliense, 1994.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.
- CURY, C. R. J. **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- FERREIRA, L. S. A Construção do Projeto Pedagógico. Material didático: Santa Maria. 2009. p. 1-26.
- FERREIRA, N. S. **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.
- FERREIRA, S. L. Gestão do Pedagógico: de qual pedagógico se fala? In: **Currículo sem Fronteiras**, n.8, v.2, 2008. Santa Maria. 2008. p. 176, 189.
- FREIRE, P. **Educação como prática da Liberdade**. 23. ed. Paz e Terra, 1999.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. 7 reimpressão. São Paulo: Atlas, 2006.
- LIBÂNEO, J. C. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos/coordenação Selma Garrido Pimenta)
- LIBÂNEO, J. C. **Democratização da Escola Pública**: A pedagogia crítico-social dos conteúdos. 16. ed. Loyola: São Paulo, 1999. (Coleção Educar 1).

LIBANEO, J. C. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo, Cortez, 2003.

LÜCK, H. **Gestão participativa na escola**. Petrópolis. 8. ed., RJ: Vozes, 2010. Série Cadernos de Gestão.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO da Escola Analisada 2012. (não paginado)

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO da Escola analisada 2001. (p.1 -69)

VEIGA, I. Fonseca, M. **As dimensões do projeto político-pedagógico**: Novos desafios para a escola. Campinas, 6. ed. SP: Papirus, 2001. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

PARO. V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2004.

PUIG, J. M. et al. **Democracia e participação escolar**: propostas de atividades. São Paulo: Moderna, 2000.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 33. ed. Campinas, SP. Autores Associados, 2000. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. V.5)

APÊNDICES

Apêndice 1

QUESTIONÁRIO

Projeto de pesquisa: O papel dos pais na participação da Gestão escolar:- um estudo de caso

Pesquisa desenvolvida por: Érica Bressan

Qual é o conhecimento, interação e participação que vocês, pais, têm com a escola de seus filhos?

Vocês conhecem as Leis, Normas, documentos que são utilizados pela escola? Se sim, de que forma?

E o projeto pedagógico escolar. Vocês o conhecem?

Por que escolheram essa escola para que seus filhos estudem?

Como é a participação de vocês/ pais na vida escolar de seus filhos?

Vocês participam das escolhas, decisões da gestão escolar da escola? Se sim, de que forma e se não e gostariam, em que poderiam contribuir?

Apêndice 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU
GESTÃO EDUCACIONAL

Projeto de pesquisa: O papel dos pais na participação da Gestão escolar: um estudo de caso

Pesquisa desenvolvida por: Érica Bressan

Cachoeirinha, __ de _____ de 2012.

O Projeto de Pesquisa: O papel dos pais na participação da Gestão escolar: um estudo de caso, desenvolvido no Curso de Pós-Graduação – Especialização Lato Sensu Gestão Educacional/UFSM tem o objetivo de desenvolver estudos na área da gestão e da organização da escola com foco na gestão democrática, envolvendo como principal fator: o papel dos pais nessa gestão da escola. Investigar e compreender qual é o papel dos pais na participação da gestão escolar.

Na primeira etapa a pesquisa consistiu em um estudo da Análise Documental voltado ao tema. A segunda etapa desta pesquisa será composta por entrevistas semi-estruturadas realizadas junto a coordenador, supervisor da escola e aos pais que objetivam a coleta de maiores informações sobre a participação dos Pais na Gestão escolar.

Também apresentaremos ao entrevistado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) o qual garantirá o anonimato e a utilização das informações. Este Termo será entregue em duas cópias, sendo que uma ficará com o colaborador e outra ficará com a coordenadora do projeto de pesquisa.

A partir desta pesquisa pretende-se iniciar um Banco de Dados com legislações e propostas decorrentes do tema, para assim concluir Pesquisa Monográfica e contribuir de forma social com a temática abordada.

Fico a disposição para maiores esclarecimentos através do telefone (51) 9276-8237 e pelo e-mail herika_bressan@yahoo.com.br.

Atenciosamente,

ÉRICA BRESSAN
Pesquisadora do projeto

Projeto de pesquisa: O papel dos pais na participação da Gestão escolar: m estudo de caso
Pesquisa desenvolvida: Érica Bressan

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu _____, RG nº.
_____ confirmo que fui esclarecido (a) de forma detalhada e sem qualquer
constrangimento, sobre as seguintes questões:

Minha participação nesta pesquisa é livre.

A entrevista tem como objetivo coletar maiores informações sobre a participação dos pais na gestão escolar.

Sei que o que escreverei no questionário será utilizado pela pesquisadora sendo as informações organizadas, analisadas, divulgadas e publicadas, pois este é um compromisso das mesmas com o órgão de fomento.

Sei que o meu nome não será divulgado.

Sei que durante todo o desenvolvimento da pesquisa poderei fazer contato com a pesquisadora herika_bressan@yahoo.com.br ou pelo telefone (051) 9276-8237, para quaisquer esclarecimentos ou reclamações.

Aceito fazer parte desta pesquisa.

Nome do(a) entrevistado(a): _____

E-mail: _____

Assinatura: _____

Nome da entrevistadora: _____

E-mail: _____

Assinatura: _____

Apêndice 3

ENTREVISTA

Projeto de pesquisa:O papel dos pais na participação da Gestão escolar - um estudo de caso

Pesquisa desenvolvida por: Érica Bressan

Entrevista semi-estruturada: Supervisora Pedagógica

- Fale como acontece a Gestão na escola;
- Qual é a interação dos pais com a escola?
- O Projeto Político Pedagógico como foi elaborado?
- O que o grupo realiza para tentar aproximar os pais da escola?

Nome do(a) entrevistado(a): _____

E-mail: _____

Assinatura: _____

Nome da entrevistadora: _____

E-mail: _____

Assinatura: _____